A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO AMBIENTE ESCOLAR

ADRIANA MEDEIROS PEREIRA

RESUMO

Neste presente artigo temos um debate e estudo de como incluir a criança com deficiência intelectual e como os parâmetros de inclusão mudaram conforme os anos foram passando. Debatemos também que qual a importância da Declaração de Salamanca e no que diretamente ela influi dentro do ambiente escolar. Como que a imagem da criança com deficiência intelectual é visto dentro e fora do âmbito escolar. O estudo tem ainda por objetivo investigar a concepção dos alunos com deficiência intelectual (DI) sobre a escola especial e a escola regular, tendo como cenário suas transferências escolares: da escola especial para a escola comum ou vice- -versa, jogar luz sobre o debate de como que a permanência da criança com deficiência intelectual é proveitoso na escola de ensino regular pública.

PALAVRAS-CHAVE: Criança; Deficiência intelectual; Salamanca; Ensino Regular; Inclusão.

ABSTRACT

In this article we have a debate and study of how to include the child with intellectual disabilities and how the inclusion parameters have changed as the years went by. We also discussed how important the Salamanca Declaration is and what it directly influences within the school environment. As the image of the child with intellectual disabilities is seen inside and outside the school. The study also aims to investigate the conception of students with intellectual disabilities (ID) about the special school and the regular school, with the scenario of their transferences: from the special school to the common school or vice versa, shed light on the debate on how the permanence of children with intellectual disabilities is beneficial in the public regular school.

KEYWORDS: Child; Intellectual disability; Salamanca; Regular education; Inclusion.

DESENVOLVIMENTO

Ao longo dos anos o estudo sobre a democratização escolar e a difusão das políticas publicas sobre o aluno com deficiência, tem aumentado significativamente, sejam elas de cunho político ou para assegurar que os alunos com deficiências tenham as mesmas chances quando se diz no quesito igualdade. Para isso tem-se melhorado (e muito) a qualidade de ensino para esses alunos e com isso viu-se um aumento no numero de alunos que se sentiram confiantes em embarcar nessa jornada acadêmica nas escolas públicas de todo o país. Nesse contexto, em se tratando da deficiência intelectual, vários são os desafios para o desenvolvimento dos processos de aprendizagem, autonomia e cidadania (SANTOS, 2012; VELTRONE, MENDES, 2011b; BEZERRA, ARAUJO, 2011a; PLETSCH, GLAT, 2012).

A grande parte desse desafio da nova educação se dá pela heterogeneidade da deficiência intelectual (esse significado se dá no que não possui uniformidade, pois estamos falando de vários graus de deficiência, que é composto por partes distintas de uma mesma experiência). Uma das marcas que é impossível de se traduzir é a facilidade de se lidar com a criança com deficiência no âmbito escolar. O fator externo compõe em grande parte para que cada criança tenha um traço único e que a aprendizagem se dê de maneira não linear, o comportamento que elas recebem também faz toda a diferença. Além disso, é importante é considerar que a deficiência intelectual não é uma condição estática e permanente (Pletsch, 2014).

Muitas vezes o meio social em que está inserido a criança com deficiência não contribui para o pleno aprendizado, assim, tornando o aluno mais ou menos capaz de assimilar todo o conhecimento que está sendo depositado nele.

Outro desafio que está diretamente relacionado ao conceito de deficiência intelectual são as implicações que a escola tem na vida e no meio social desses alunos, muitos alunos passam a se comportar melhor perante grandes multidões e começam a se relacionar diretamente com pessoas que, por ventura, não entendam o seu comportamento. Por exemplo, encontra-se ainda presente nas escolas concepções de deficiência pautadas no déficit. No caso da deficiência intelectual, o quociente de inteligência (QI), criado no início do século XX, se tornou expressão numérica onipresente, de caráter incurável e inalterável (BELO et al., 2008).

A Associação Americana de Retardo Mental (AAMR) passou a denominar-se Associação Americana para as Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais (AAIDD). Na tentativa de mudar a nomenclatura, por vezes, eles querem mudar também o olhar da sociedade sobre esse tipo de deficiência, assim, se referindo a mudanças de concepção. Nosso país tem adotado a terminologia, definição e recomendações da AAIDD (VELTRONE; MENDES, 2013).

Ainda falando de inclusão escolar para alunos com deficiência, o termo inclusão passa paralelamente com o termo integração, porém, essa linha tênue que separa os dois é muito fácil de ser mal interpretada. Mas com a possibilidade de debate no ambiente escolar, mudou-se algumas leis e diretrizes voltadas para esse público nas escolas municipais e estaduais. Tais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), os regulamentos e normas sobre a implantação do Atendimentos Educacional Especializado e das Salas de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2008, 2011) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Pensando assim, podemos estabelecer que essa temática esteja muito bem visadas e estudadas nas ultimas décadas e quase sempre pautadas no cotidiano escolar. Sendo assim temos a presença de muitos profissionais que capacidade de lidar diretamente com esses alunos, seja nos conceitos ou no trato de crianças com

essas necessidades. Quando não se têm esses profissionais, muitas vezes o contato com o conceito não ocorre de maneira e com o aprofundamento necessário, tornando assim difícil a inclusão com esses alunos.

Assim, pensando em toda a problemática que envolve esse assunto e os paradigmas que precisam ser quebrados, diz "[...] princípio ideológico em defesa da igualdade de direitos e do acesso às oportunidades para todos os cidadãos [...]" (OMOTE, 2003, p. 154). Pensando hoje em dia na realidade escolar, as múltiplas facetas dos professores precisam ser permeadas de integração com os conhecimentos que os ajudem a entender e incentivar essas crianças (e não apenas que o professor dentro da sala de aula seja o multiplicador disso, todo o corpo docente é bem vindo nessa etapa).

Traduzindo em outras palavras, toda a práxis da inclusão educacional é permeada pelos profissionais que interagem com o aluno, do momento que ele entra na escola até quando sai efetivamente falando. Todas as formas de ensino e aprendizagem, todas as formas de encaminhamentos e de avaliações, devem estar alinhadas para que não haja um descompasso entre teoria, prática e política.

Mendes (2006) afirma que tempos atrás a segregação de alguns alunos era baseada na crença de que estes seriam melhor atendidos em suas necessidades educacionais se ensinados em ambientes separados. Porem esse tempo não existe mais, a inclusão se tornou uma realidade acima de qualquer conceito, principalmente a partir dos anos 80 pra cá. Anteriormente a isso, esses alunos eram exilados em instituições especiais em que eles não tivessem contato com outros alunos e outras deficiências, ou os que estavam em escolas públicas eram realocados em salas de aulas especiais com atendimento personalizados os outros alunos.

Esse cenário mudou e podemos verificar em algumas realidades se estabelecessem em quanto o transito entre alunos tem ocorrido de escolas publicas para particulares e vice-versa, mas não pelo fato de não haver atendimento adequado, mas sim, por necessidades dos responsáveis por essas crianças. Isso se deve ao fato de que muitas dessas transferências são realizadas de maneira arbitrária e desconsiderando pressupostos legais, sendo por vezes justificadas pelos comportamentos do próprio aluno e sem nenhuma relação com o processo escolar (GARCIA, 2004; PALMA; DIAS, 2005).

Quando se diz de alunos sem deficiência intelectual (ou qualquer tipo de deficiência), precisamos nos atentar de que alguns olhares questionadores e individualizados podem ter em relação a essa criança.

A deficiência intelectual pode ser olhada como uma condição imutável, fixa, que determina taxativamente o destino de um sujeito, ou pode ser problematizada no entrelaçamento dialético entre as condições ambientais, histórico-culturais e as condições subjetivas da pessoa que um dia recebeu o diagnóstico de deficiência intelectual (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

Quando se fala em direitos iguais para alunos com deficiência é inevitável não falar sobre a Declaração de Salamanca, que é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990.

Ela foi o resultado de uma revolução educacional que consolidou a educação inclusiva nas escolas do mundo todo, resultados de anos de estudos e avanços nos estudos sobre inclusão. A sua origem principal foi atribuída aos movimentos de Direitos Humanos e a desinstitucionalização manicomial que ocorreram a partir das décadas de 60 e 70. Além de todo o beneficio que ela traz, essa declaração também e considerada inovadora porque o seu texto diz: "...proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de "educação para todos" firmada em 1990 (...), promovendo assim, o principio todo de uma discussão da "prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem".

Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento,

"o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, o uso de recursos e parceiras com a comunidade" (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A Declaração de Salamanca aumentou significativamente o conceito de inclusão nas práticas educacionais no ambiente escolar pelo mundo todo, assim incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo obter sucesso na educação básica publica, seja por qual motivo for. Tornando assim a ideia de "necessidades educacionais especiais" muito mais abrangentes. Ela inclui a ideia de que a criança que necessita de um atendimento personalizado (seja ele temporário ou permanente) um cidadão tão importante quanto o cidadão "sem necessidades educacionais especiais".

Uma parte importante da Declaração de Salamanca é que crianças que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18).

Pensando ainda nos benefícios que a Declaração de Salamanca nos indicou, os direitos de todos os indivíduos, no que se refere à educação de qualidade, na opinião de MRECH (1998), a escola inclusiva é um espaço no qual todos os alunos têm as mesmas oportunidades de ser e estar de forma participativa, onde as oportunidades

e acessos educacionais e as características individuais sejam marcados pela igualdade entre as pessoas. Na sua escrita a declaração se inicia com a seguinte ideia.

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 5 - 6).

Voltando a dar ênfase nos alunos com Deficiência Intelectual, podemos perceber que se trata de um grupo bem heterogêneo de alunos, pensando em todos os graus temos os alunos com: dificuldades de socialização, os alunos com problemas de aprendizado, os que têm dificuldades de manter seu pensamento no ambiente escolar e os alunos que não compreendem o conteúdo que está sendo inserido no seu contexto. Alguns desses alunos só são diagnosticados quando ingressam na escola, e cabe a professora (que deve ser uma profissional preparada) vislumbrar essa dificuldade ou deficiência e ajudar a entender qual a sua maior necessidade.

Considerando o grupo de alunos com DI como um todo, não há evidências empíricas inequívocas de que todos eles possam se beneficiar da escolarização em classe comum, e a prova disso é o fato de que a maioria dos países com políticas mais antigas de inclusão escolar mantém as duas possibilidades de escolarização para estudantes com DI: escolas comuns e especiais (MATURANA; MENDES, 2015).

Percebendo assim esses alunos com necessidades especiais, o processo de integração começa mantendo o aluno dentro da unidade escolar, não permitindo que os pais ou responsáveis retirem essa criança desse convívio com outros alunos, e dando credibilidade para que a inclusão seja feita da maneira correta e eficaz.

Quando esses alunos estão inseridos nesse ambiente, os professores tem a possibilidade de dar voz e protagonismo para cada um deles, transformando essas experiências em algo que mudara a vida deles posteriormente. Pois essa camada heterogeneidade da população tem os seus anseios, seus desejos e suas peculiaridades, tanto quanto as suas aspirações educacionais e de relação humana. Deste modo, se destaca em primeiro plano a relevância social desse tipo de educação.

A literatura da área aponta que a exclusão do aluno do processo de transferência escolar e até mesmo do encaminhamento para o Atendimento Educacional Especializado é prática habitual nos ambientes escolares (DIAS, 2012; ANTUNES, 2012).

Os efeitos que causam a simples matricula desses alunos no ensino regular público são imensos, certamente são bem problemáticos, e na grande maioria das vezes causam um imenso desconforto para o aluno, seus pais e até para os seus familiares. “Em relação ao aluno, essa prática pode prejudicá-lo em diversos âmbitos, levando ao surgimento ou à intensificação de sentimentos de ansiedade, frustrações recorrentes, baixa autoestima e isolamento social” (MENDES; CAPELLINI, 2007).

Existe ainda a transferência compulsória que na maioria das vezes acontece a revelia do desejo do estudante, que muitas vezes já está inserido e adequado aos seus colegas e que conseguem viver em harmonia. Existe também o grande perigo dessa geração que é o bullyng (que não se pode negar que pode acontecer com esses alunos que não conseguem se defender tão plenamente como os alunos sem deficiência). O sentimento de não pertencimento desses alunos também pode ser um fator importante para a transferência.

Contudo, se pensarmos nos benefícios que essa inclusão escolar promove nos alunos com deficiência intelectual é inevitável não falar das práticas pedagógicas estratificadas e os professores e gestores consideram a subjetividade dos alunos no planejamento do ensino, isto propicia aos alunos oportunidades importantes que podem resultar em ganhos acadêmicos e sociais consideráveis (PLETSCH; GLAT, 2012; CUNHA; ROSSATO, 2015).

Já na temática pedagógica as contribuições de Vigotski tem sido importantes para uma mudança significativa nessa quebra de paradigma. Vigotski, em muitos dos seus textos (que é datado de aproximadamente entre 1924 e 1931), tecia uma distinção entre o que ele chamou na época de olhar tradicional e olhar contemporâneo sobre a educação da criança anormal (termo que ele utiliza nesse escrito).

O olhar dos professores e profissionais que trabalham com essas crianças com “defeito” (leia-se Deficiência) limita e muito o desenvolvimento potencial do aluno que está no centro das ações da escola, tornando assim um olhar falho e muitas vezes excludente, muitas vezes afastando o aluno do seu convívio.

Já quando pararmos para analisar o olhar contemporâneo do mesmo Vigotski, podemos perceber que ele enfatiza e muito a busca de novos caminhos alternativos para a interação dessa criança, um deles é pensar que a dinâmica do desenvolvimento da criança que tem a deficiência age diretamente no seu crescimento de forma que ela não desenvolve as mesmas funções que uma criança não portadora da deficiência. Assim, a deficiência deixa essa criança bem delimitada na questão de que produz obstáculos de comunicação e movimento, dificuldades de adaptação e desenvolvimento e até mesmo falhas motoras e cognitivas.

Hoje em dia encontram-se multas escolas que possibilitam a inclusão de alunos com deficiência e muitas instituições que ainda fazem o conceito de que eles precisam de uma escola privada. Uma não desabona em nada o trabalho da outra, muito pelo ao contrário, quem ganha é o aluno com deficiência e todo seu âmbito familiar.

CONCLUSÃO

Mesmo que nós ainda vivemos em uma sociedade que é muito individualista, a inclusão

promove o cuidado com o próximo e estabelece uma empatia de se colocar no lugar do outro, assim, todos ganham. Quando cada um promove o seu sucesso sem desmerecer as pequenas conquistas do próximo, o todo se fortifica e saímos por cima como sociedade. A inclusão dessas crianças com deficiência intelectual nas escolas de ensino regular permite que as crianças (que muitas vezes não teriam oportunidade de conviver com crianças assim) desenvolvam uma humanidade maior do que as que não possuem esse contato direto.

A escola por sua vez tem o desafio de integra e incluir de maneira que todos os alunos sejam tratados de maneira igualitária e humana, mas sempre se preocupando se o método de ensino for excludente e não inclusivo. A Inclusão se realiza na pratica do dia-a-dia e não na objetificação do sistema. O professor deve acima de tudo, não estar preocupado só com a matéria que ele deve passar, e sim em disseminar o conteúdo extraclasse, como a inclusão social e afetiva desses alunos com os outros.

Quando esse professor se apoia no modelo tradicional de educação, as chances de ele falhar com esse aluno são imensas, pois as crianças em geral, não são um deposito de conhecimento e sim, folhas semi escritas que precisam de complemento. Esse profissional deve sempre estar em constante formação e aprimoramento, para garantir que todos os alunos estejam ali com ele, e acima de tudo, para atender todas as necessidades que os alunos por ventura demandem. Porem, não podemos colocar toda a culpa no professor se por algum motivo o aluno com a deficiência intelectual não conseguir assimilar o conhecimento.

A família é um fator tão ou mais importante na conscientização desse aluno. Visto que quando o aluno está em casa ele também pode ser socializado e colocado para entender situações cotidianas da vida. A família pode ajudar no desenvolvimento delas, ainda mais se for em uma escola pública, onde realmente ocorra a verdadeira inclusão, e não apenas a integração. Por esse motivo a disponibilidade da família de ajudar essa criança deve ser total, pois o aprendizado não ocorre de forma natural e sim de forma orgânica.

Podemos concluir aqui que os alunos com deficiência intelectual que estão incluídos na escola são extremamente importantes, porque incluir é um ato de amor e dedicação que não se consegue medir. Aceitar que todos têm diferenças e valorizar essas peculiaridades e fundamental para que todos ganhem com a inclusão. Quando aprendemos com a diferença o ser humano cresce, e uma vez crescido, não se pode voltar ao tamanho normal. O mundo é feito de diferenças, porque o normal é ser diferente.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, K. C. V. História de vida de alunos com deficiência intelectual: percurso escolar, e a constituição do sujeito. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: . Acesso em: 25 de outubro de 2019.

CARNEIRO, M. S. C. Deficiência Mental como Produção Social: uma discussão a partir de histórias de vida de adultos com Síndrome de Down. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

CUNHA, R.; ROSSATO, M. A singularidade dos estudantes com deficiência intelectual frente ao modelo homogeneizado da escola: reflexões sobre o processo de inclusão. Revista Educação Especial, v. 28, n. 53, p. 649-664, 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha

DIAS, A. M. In(ex)clusão no serviço de atendimento educacional especializado (SAEDE) e no ensino regular: os dizeres de alunos com deficiência intelectual e baixa visão e de suas professoras. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação)

– Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau. 2012.

DUARTE, M. Síndrome de Down: situação escolar no Ensino Fundamental e Médio na cidade de Araraquara-SP. 2008. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara. 2008.

GARCIA, E. S. A história escolar de alunos de classes especiais para deficientes mentais. Rede Saci, 2004.